

A TRAJETÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: UM OLHAR SÓCIO HISTÓRICO

Suzanna Neves **Ferreira**

Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí

RESUMO

A temática desta pesquisa trata do livro didático no Brasil enquanto objeto histórico-político; busca conhecer a sua trajetória e perceber quais e como as diretrizes educacionais influenciam as publicações dos livros didáticos. A pesquisa bibliográfica possibilitou identificar que o livro didático é um dos instrumentos mais antigos presentes na educação escolar, sobrevivendo há séculos. O livro didático no Brasil aponta para a história do ensino no nosso país, para as práticas escolares e as mudanças nos conteúdos, alterações estas que são explicadas pelas transformações políticas e sociais

Palavras chaves: PNLD. Ideologia. Livro Didático.

THE TRAJECTORY OF TEXTBOOK IN BRAZIL: A SOCIO HISTORICAL LOOK

ABSTRACT

The theme of this research is the textbook in Brazil as a historical-political object; Seeks to know their trajectory and to understand which and how the educational guidelines influence the publications of textbooks. The bibliographic research made it possible to identify that the didactic book is one of the oldest instruments present in school education, surviving for centuries. The textbook in Brazil points to the history of teaching in our country, to school practices and changes in content, changes that are explained by political and social transformations.

Keywords: PNLD. Ideology. Textbook.

O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: UMA ABORDAGEM

Um olhar sócio histórico sobre o livro didático no Brasil pode levar-nos a uma história de nosso ensino, das práticas escolares, da transformação das disciplinas ao longo do tempo, tudo isso determinado e explicado pela evolução de políticas culturais, sociais e, conseqüentemente, educacionais.

Magda Soares

O livro didático é o instrumento de ensino mais antigo na cultura escolar, superando o giz e o quadro negro. Mostra-se relevante direcionar o olhar para a trajetória histórico-política do livro didático no Brasil no intuito de se fazer uma reflexão sobre esta temática. Assim, seremos capazes de compreender a função que hoje o livro didático desempenha nas escolas e qual é a sua ligação com a atual sociedade em que vivemos. Apesar de tantos avanços nas teorias e práticas educacionais o livro

didático ainda em algumas circunstâncias é o único recurso de que o professor dispõe em sala de aula.

De acordo com o levantamento bibliográfico realizado nesse estudo vimos ser impossível abordar somente o aspecto histórico ou somente o aspecto político do surgimento do livro didático, uma vez que estes estão entrelaçados.

Ao analisarmos o livro didático no Brasil, compomos o seguinte escopo: destacamos as transformações ao longo do tempo; as influências que cada momento histórico impactou nas transformações dos programas oficiais direcionados ao livro didático, desvelando a função do livro didático compatível com as demandas econômicas, políticas e sociais, no limite, servindo para um determinado direcionamento do currículo.

A TRAJETÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

Abordar a trajetória histórica do livro didático no Brasil implica compreender que é “um tema complexo, pois, embora seja alvo de críticas diversas, algumas delas arrasadoras, o livro didático tem uma história surpreendente no Brasil, e anterior à constituição da rede educacional tal como conhecemos hoje” (ZANCHETTA, 2003: 73). Para além das críticas que são feitas ao livro didático, o autor aponta para a história dos livros didáticos no Brasil, destacando que é uma história surpreendente de conquistas e avanços; importante ressaltar que o livro didático é um dos recursos didáticos mais antigos na cultura escolar como o quadro-negro e o caderno.

Concordamos que “O caso do livro didático, embora haja uma crescente investigação sobre ele, existem poucos trabalhos que o abordam em uma dimensão histórica” (BITTENCOURT, 1996: 02). Abordar a trajetória do livro didático quanto à sua dimensão histórica é indispensável para refletimos sobre sua função na sociedade em que vivemos.

Ao abordar as visões que são disseminadas nos livros didáticos Soares (1996) aponta três olhares que são frequentemente lançados na direção do livro didático,

Muitos e vários olhares vêm sendo lançados sobre o livro didático nos últimos anos: um olhar pedagógico, que avalia qualidade e correção, que discute e orienta a escolha e o uso; um olhar político, que formula e direciona processo decisórios de seleção, distribuição e controle; um olhar econômico, que fixa normas e parâmetros de produção, de comercialização, de distribuição. Avaliar qualidade e correção, orientar escolha e uso, direcionar decisões, fixar normas [...] são

olhares que prescrevem, criticam ou denunciam; por que não um olhar que investigue, descreva e compreenda? Olhar que afaste o "dever ser" ou o "fazer ser", e volte-se para o "ser" - não o discurso sobre o que "deve ser" a pedagogia do livro didático, a política do livro didático, a economia do livro didático, mas o discurso sobre o que "é", o que "tem sido", o que "foi" o livro didático (SOARES, 1996: 53).

Assim sendo, olhares que se voltam ao livro didático enquanto um objeto de reflexões e inquietações, revelam que ainda é pouco explorado, apesar de estar presente na realidade escolar há uma longa data; são poucos os olhares críticos apontados na direção do livro didático no Brasil.

O livro didático é criação do século passado? Onde ele surgiu? Quando Surgiu? Soares (1996) já fez essas mesmas perguntas e, de acordo com autora, o livro didático foi criado “na Grécia antiga e persistiu ao longo dos séculos, sempre presente nas instâncias formais de ensino, em todas as sociedades, como documenta a História da Educação” (SOARES, 1996: 54).

No Brasil a história do livro didático tem início com a chegada dos jesuítas, conforme Cury (2009) relata:

Podemos situar o início da história do livro didático no Brasil em 1549 com a vinda dos jesuítas na expedição de Tomé de Souza. Com eles trouxeram livros escolares para ensinar a leitura e a escrita nos colégios fundados ao lado da igreja. Livros esses que foram esquecidos com a sua expulsão em 1759. Até a criação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro em 1808, os livros utilizados para o ensino no Brasil eram produzidos na Europa (CURY, 2009: 121-122).

A presença dos livros didáticos no Brasil começou com a chegada dos jesuítas, como aponta o autor. Vimos, assim, que abordar a história dos livros didáticos no Brasil está inteiramente relacionado com o momento histórico do período.

O primeiro registro oficial que se tem da regulamentação do livro de didático é em 1938, ano em que foi constituído o Decreto-lei nº 1006 e, neste mesmo momento, o Brasil estabelece o Estado novo e a educação recebe um olhar diferente neste período.

Nas décadas de 1930 a 1940. a educação passa por reformas, há necessidade de se criar um Plano Nacional de Educação; reformas são feitas no ensino secundário, conforme afirma Amaral (2012),

A história do livro didático no Brasil foi produzida a partir de sucessivas propostas e ações para definir as relações do Estado com o livro didático público. Sua trajetória teve origem no governo Vargas (1930-1945) e está bastante relacionada à revolução de 1930, que estabeleceu um novo governo, novas Constituições da República

(1934 e 1937), queda das oligarquias rurais, estímulo à industrialização, queda da moeda e consequente necessidade de estabelecimento de uma unidade nacional (AMARAL, 2012: 33).

Sendo assim, existe a necessidade de implantação de currículos nacionalistas como aponta Amaral (2012), a educação configura uma das traduções para consolidar esses novos objetivos.

Podemos observar que o livro didático está presente na maior parte da realidade das escolas públicas brasileiras, e a maioria de nós o manuseia sem estar se atentando para a sua trajetória histórica e para a ideologia presente nos conteúdos selecionados pelo livro didático. Amaral (2012) aponta que:

Os livros didáticos tomados como objetos de pesquisa fornecem uma ampla discussão pautada pela análise de conteúdos, crítica ideológica, contextualização da sua utilização e outros. Eles figuram no cenário da pesquisa brasileira década de 30, do século passado, quando, a partir do estabelecimento de uma política de regulamentação e distribuição de livros didáticos para as escolas brasileiras, foi oficializada e sua produção, distribuição e utilização em âmbito nacional (AMARAL, 2012: 32-33).

Desta forma, o livro didático assume papel de destaque no cenário; em 1929 o Estado cria o Instituto Nacional do Livro (INL)¹, um órgão específico educacional para legislar a propósito das políticas do livro didático, colaborando para sua maior legitimidade.

As políticas educacionais continuam avançando posterior ao INL. A criação em 1938 da Comissão Nacional do Livro didático (CNLD)² por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, estabelecendo sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no Brasil, define o que são livros didáticos;

Art. 2º - Para os efeitos da presente Lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§ 1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula (BRASIL, 1938: 01).

¹ Para levantamento da trajetória histórica do livro didático no Brasil, foi consultado o site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os históricos são dos últimos 80 anos. O texto original na íntegra está disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 20 out. 2016.

² O Decreto-Lei nº 1.006, estabelece as condições de produção, importação e utilização do Livro Didático. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 out. 2016.

Sendo assim, são considerados livros didáticos aqueles que apresentam conteúdos das disciplinas do currículo escolar. A CNLD era formada inicialmente por sete pessoas sendo necessário que todas fossem especialistas, das quais duas fossem especializadas em metodologia das ciências; três em metodologia das línguas e as outras duas técnicas. Foi exigido que os membros da CNLD não tivessem ligações comerciais com editoras sejam elas no país ou no exterior.

Considerando o primeiro ano de funcionamento da CNLD e o grande número de livros didáticos, O Decreto-Lei nº 1.777³, de 29 de março de 1939, estabelece que a comissão irá funcionar com dezesseis membros, todos especialistas em diferentes áreas. Para além das definições, elaboração e utilização do livro didático, o Decreto-Lei nº 1.006, que instituiu a CNLD, atribuiu aos membros da comissão a função de examinar e indicar os livros didáticos.

A legislação é consolidada com o Decreto-Lei nº 8.460⁴, de 26 de dezembro de 1945. Um dos avanços deste decreto é que compete ao professor a escolha do livro que será utilizado em sala de aula com seus alunos.

Art. 5º - Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino nem estabelecer preferência entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos professores de ensino primário, secundário, normal e profissional a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado (BRASIL, 1945: 01).

Este artigo é considerado um progresso ao não caber mais aos poderes públicos determinar a escolha dos livros didáticos para uso dos alunos, sendo neste momento transferida a responsabilidade para o professor de escolher qual livro será utilizado. A CNLD segue, porém, estabelecendo as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

O Brasil passa por modificações na década de 1960; um fato que marca mais precisamente é o regime militar que se instalou no Brasil de 1964 a 1985. De

³ Decreto-Lei 1.177/1939 modifica os termos do § 1º do art. 9º do Decreto-Lei 1.006/1938, a mudança é feita considerando a intensidade do serviço que a comissão teria no seu primeiro ano de funcionamento, conferir em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1177&tipo_norma=DEL&data=19390329&link=s>. Acesso em: 20 out. 2016.

⁴ Decreto-Lei N º 8.460, de 26 de dezembro de 1945, Consolida a Legislação sobre as Condições de Produção, Importação e Utilização do Livro Didático. Consultar: <https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=DEL&num_ato=00008460&seq_ato=000&vlr_ano=1945&sgl_orgao=NI>. Acesso em: 25 out. 2016.

acordo com Fico (2005), é mais apropriado chamar de Ditadura Militar, pois neste período, em que os militares estavam no poder, foi suspensa a maior parte daquelas garantias que caracterizam a democracia, tais como eleições diretas, liberdade de expressão e o direito de fazer oposição ao governo.

Neste período que o Brasil passou por transformações em diversos aspectos, o setor educacional foi importante para a nova ideologia que estava no poder, e o livro didático recebeu um papel fundamental, sendo o livro didático de grande relevância para difusão de novas ideologias. De acordo com Castro,

[...] no auge da ditadura militar, demonstra o caráter cercado das idéias e da livre expressão, ações próprias dos períodos onde um pequenogruppo controla o político, social, econômico e cultural de toda uma sociedade. Portanto, as instituições que lidam com a cultura e a educação, a biblioteca e a escola, por exemplo, são diretamente atingidas e os profissionais que nelas atuam, ao assumirem uma atitude de concordância com os modos de transmissão do saber ou censurar o que deve ser posto à mão do leitor, contribuem sem dúvida para a reprodução do regime estabelecido (CASTRO, 2005: 99-100).

Conforme o autor, neste período da ditadura militar houve o controle político, cultural e econômico de toda sociedade, novos programas e políticas para os livros didáticos foram criadas e contribuíram sem dúvida para a reprodução do regime estabelecido. Figueiras (2011) aponta os novos órgãos responsáveis pela produção do livro didático neste período.

Após o golpe militar o tema do livro didático tornou-se importante nos debates sobre a necessidade de fornecimento de materiais para os alunos carentes e na questão do incentivo e regulamentação de seu mercado editorial. Quatro foram os órgãos responsáveis pelas políticas públicas do livro didático nesse período: a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted), e Instituto Nacional de Livro (INL), a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) e a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Os três primietos a Colted, o INL ea Fename – possuíram processos de avaliação dos materiais escolares (FILGUEIRAS, 2011: 153).

A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) foi criada em 1966, fruto de acordos assinados entre Ministério da Educação e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, conhecidos como acordos MEC-USAID.

O Decreto nº 59.355⁵, de 4 de outubro de 1966, institui o COLTED. Neste momento é implementado o financiamento a partir de verbas públicas do livro didático no Brasil pelo governo e fica decretada no Art. 1º a Comissão do Livro Técnico e do Livro didático, com a finalidade de estimular, orientar, coordenar e executar as atividades do MEC relacionadas com a edição e distribuição de livros técnicos e de livros didáticos. “A COLTED, já criada, veio atender ao Acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) para a distribuição gratuita de 51 milhões de livros no período de três anos” (CURY, 2009, p. 2009). Ao garantir financiamento do governo, a COLTED garantiu a continuidade do programa.

Em 1970, a COLTED elabora a 2ª edição atualizada do material básico dos cursos de treinamento para professores primários, intitulada “O livro didático, sua utilização em classe”.

A COLTED – reconhecendo ser essencial que o professor realize sempre melhores escolhas e utilize adequadamente o livro didático, a fim de estimular os bons autores e editores e melhorar o rendimento do ensino – decidiu executar um programa de treinamento, com os seguintes objetivos:

- a) Discutir e estabelecer critérios a serem considerados na seleção do livro didático.
- b) Analisar os princípios que determinam a boa utilização do livro, transformando-o num recurso básico para uma aprendizagem dinâmica e para desenvolver, no aluno, a capacidade de trabalho independente (COLTED, 1970: 19).

Assim sendo, este material tinha a finalidade de aperfeiçoar técnicas na utilização do livro didático, orientando o professor como avaliar, selecionar e utilizá-lo. “O livro didático é um instrumento que deve ser usado conscientemente pelo professor” (COLTED, 1970, p.53). Além das sugestões de uso do livro didático pelo professor, o material apresentava capítulos específicos orientando os professores a escolherem os livros de linguagem, matemática, estudos sociais e ciências.

A COLTED foi extinta em 9 de junho de 1971. Por meio do Decreto nº 68.728⁶, que ministra sobre a política do livro técnico e do livro didático, outras providências são tomadas, incorporando as funções da COLTED ao INL. Segundo o decreto:

⁵ Este decreto nº 59.355 está disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59355-4-outubro-1966-400010-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 out. 2016.

⁶ Decreto nº 68.728, disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68728-9-junho-1971-410492-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 out. 2016.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto número 59.355, de 4 de outubro de 1966, transferindo-se para o Instituto Nacional do Livro o pessoal, acervo e outros recursos financeiros alocados à Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) (BRASIL, 1971, p. 01).

O Instituto Nacional do Livro (INL) em 1971 passou a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições dos recursos financeiros até então a cargo da COLTED.

Em 1967, é criada a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), instituída pela lei nº 5.327⁷, de 2 de outubro de 1967. A FENAME tinha por finalidade a produção e distribuição de material didático de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização.

Com a extinção do INL, em 1976, a FENAME torna-se responsável pela execução do Programa do Livro Didático (PLD). De acordo com Filgueiras (2015), a FENAME permaneceu com a produção de materiais escolares por toda década 1970 ao mesmo tempo em que se tornou efetivamente o órgão de decisão das políticas para o livro didático do regime militar.

A apresentação das ações da Colted e da Fename permitiu compreender duas facetas das políticas para o livro didático empreendidas durante a ditadura militar. No fim dos anos 1960 o Ministério da Educação agiu em duas frentes: buscou manter e ampliar o auxílio ao novo público escolar, considerado com menores recursos financeiros, bem como procurou incentivar e regular o mercado editorial de livros escolares. Ambas as instituições, Colted e Fename, foram criadas sob o argumento da necessidade de atendimento aos alunos carentes e em resposta às recomendações da Unesco. Apesar disso, a Colted foi instituída pelo MEC em parceria com a Usaid e a indústria de livros didáticos, buscando estimular a produção privada. Já a Fename foi uma reorientação da Campanha Nacional de Material de Ensino, criada nos anos 1950, com o objetivo de o governo federal assumir a produção de livros didáticos (FILGUEIRAS, 2015: 100).

A FENAME manteve seus trabalhos até 1983. Em sua substituição é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), pela Lei nº 7.091⁸, de 18 de abril de 1983 que altera a denominação da FENAME, a que se refere à Lei nº 5.327/67, amplia suas finalidades, incorpora o PLIDEF, propõe a participação dos

⁷ Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5327-2-outubro-1967-359134-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 out. 2016.

⁸ Lei nº 7.091, de 18 de abril de 1983, altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, esta disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=202365>>. Acesso em: 22 out. 2016.

professores na escolha dos livros e amplia o programa incluindo as demais séries do ensino fundamental.

Em 1985, através do Decreto nº 91.542⁹, institui-se o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) com a finalidade de distribuir livros didáticos aos estudantes de escolas públicas. O Decreto nº 91.542 traz diversas mudanças, tais como, a participação dos professores na análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados, a reutilização dos livros nos anos subsequentes à sua distribuição.

Em 1996, da-se início ao processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD e o primeiro Guia de livros didáticos é publicado neste ano. De acordo com os dados publicados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os livros foram avaliados pelo MEC conforme critérios previamente discutidos. Ao olharmos o histórico do PNLD, notamos que o processo de avaliação dos livros didáticos vem sendo aperfeiçoado e esta avaliação é aplicada até hoje. São excluídos do Guia do Livro didático todos aqueles livros didáticos que apresentam preconceito, erros conceituais e discriminação de qualquer tipo.

A Fundação de Assistência ao Estudante é extinta em 1997, transferindo a responsabilidade pela execução do PNLD para FNDE.

Com base na pesquisa bibliográfica que realizamos, foi possível constatar que mesmo com as melhorias que o livro didático passou não é possível afirmar que havia uma política do livro didático, o que houve foram distintos programas que desempenhavam papel fundamental dentro de determinado contexto político que o país viveu.

Ao voltarmos um olhar, ainda que brevemente, para a trajetória do livro didático no Brasil, notamos que PNLD é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de livros didáticos para a rede pública. De acordo com dados divulgados do FNDE, o PNLD iniciou em 1929 e ao longo do tempo o programa foi aprimorado e teve diferentes nomes e formas de execução no decorrer destes 80 anos.

O histórico apresentado sobre o percurso percorrido pelo livro didático no Brasil demonstra suas transformações ao longo do tempo e as influências políticas que agiram nas transformações dos programas.

O livro didático, diferentemente dos demais, sofria intervenções constantes do poder estabelecido, Estado ou Igreja, devendo os editores e autores, submeterem-se aos programas oficiais escolares. A interferência do poder era regulamentada por legislação e a

⁹Decreto nº 91.542, dispõe sobre execução do Programa Nacional do Livro Didático, disponível em :< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 out. 2016.

censura foi uma constante na história dessa literatura (BITTENCOURT, 1996: 5).

Dentro desta perspectiva, percebermos que a produção do livro didático no Brasil esteve e está vinculada à centralização política e econômica do momento. Assim sendo, “O livro didático é um objeto cultural contraditório que gera intensas polêmicas e críticas de muitos setores, mas tem sido sempre considerado como um instrumento fundamental no processo de escolarização” (BITTENCOURT, 2004: 471). Assim, não poderíamos deixar de voltar um olhar investigativo para o livro didático enquanto instrumento pedagógico do trabalho docente e muitas das vezes a única ferramenta pedagógica que o professor possui.

LIVRO DIDÁTICO COMO INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR

Neste tópico iremos refletir sobre o livro didático na construção do saber sistematizado. O livro didático é considerado um instrumento pedagógico no processo de ensino aprendido dentro do contexto escolar. Para compreendermos a relação entre a escola e o livro didático, e porque ele é considerado um instrumento na construção do conhecimento sistematizado, é preciso primeiramente definirmos o objetivo da educação e o papel da escola. De acordo com Saviani (1984: 2), o objetivo da educação é:

Identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se formem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

Para o autor, a educação é um trabalho não material, pois o produto não se separa do ato de produção, assim como ideias, conceitos, valores e símbolos. O objetivo da educação dentro da escola é que os alunos possam apreender estas informações que são exteriores ao homem, e ao mesmo tempo descobrir formas adequadas de alcançar este objetivo.

A escola, de acordo com este mesmo autor, é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado e para ter acesso a esse tipo de saber é necessário aprender a ler e escrever. Sendo assim,

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola

básica devem se organizar a partir dessa questão. Se chamarmos isso de currículo, poderemos então afirmar que é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar (SAVIANI, 1984: 3).

Nesse sentido, indagamos: Quais são as estratégias para assegurar ao educando a aquisição do conhecimento elaborado e do saber sistematizado?

O livro didático é um dos materiais escolares utilizados pelos professores para assegurar aos alunos a aquisição do conhecimento sistematizado. Como aponta Soares (1996), antes do estabelecimento de programas e currículos, o livro didático estabeleceu-se historicamente como instrumento para assegurar a aquisição dos saberes indispensáveis às novas gerações na sociedade.

Assim sendo, como podemos definir o livro didático? Compartilhamos da definição de livro didático apresentado pela autora Lajolo (1996: 4):

Didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática. Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina.

Os livros didáticos em diversas situações são o único suporte metodológico que o professor dispõe em sala de aula. E o papel do professor é crucial neste momento, pois o professor está entre os alunos e os conteúdos apresentados nos livros didáticos, pois:

É preciso considerar a relevância dos conteúdos selecionados para a vida dos alunos e para a continuidade de sua trajetória escolar. É também de fundamental importância que os conteúdos abordados respondam às demandas de um coletivo discente cada vez mais diverso, assegurando a igualdade de acesso ao conhecimento socialmente produzido (BRASIL, 2012: 8).

São vários os fatores que interferem na utilização do livro didático pelos professores, uma formação docente mal preparada, baixa remuneração, carga horária de trabalho exaustiva. Estes são fatores que contribuem para que os professores sigam à risca os conteúdos selecionados pelo livro didático. Assim sendo, pode ocorrer de os professores apresentarem conceitos aos seus alunos sem considerar os conhecimentos prévios que estes possuem, pautando-se em exercícios repetitivos que não possibilitam aos alunos a construção de novos conhecimentos, limitando-os a repetir e a memorizar.

O caso é que não há livros que seja à prova de professor: o pior livro pode ficar bom na sala de um bom professor e o melhor livro desanda na sala de um mau professor. Pois o melhor livro, repita-se mais uma vez, é *apenas* um livro, instrumento auxiliar da aprendizagem. Nenhum livro didático, por melhor que seja, pode ser utilizado sem adaptações (LAJOLO, 1996: 08, grifos da autora).

É decisiva a postura que o professor assume na utilização dos livros didáticos em sala de aula, pois como cita Lajolo (1996), o bom livro didático é aquele usado por um bom professor, já que o livro didático é para auxiliar na aprendizagem, é apenas um instrumento nesse processo, e por melhor que seja o livro, ele não poderá ser usado sem que seja adaptado.

O professor é o único que conhece sua sala de aula, as especificidades da sua turma, os conhecimentos que seus alunos possuem. Os livros didáticos foram escritos alheios às singularidades de cada sala de aula e, por melhor que seja este livro, ele irá necessitar de adaptações, pois cada sala de aula tem as suas características.

O livro didático, além de ser um instrumento que auxilia no processo de ensino aprendizagem, ele assume outras funções na escola, como aponta Choppin (2004):

É se destacar ainda que os livros escolares assumem, conjuntamente ou não, múltiplas funções: o estudo histórico mostra que os livros didáticos exercem quatro funções essenciais, que podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização (CHOPPIN, 2004: 552-553).

Este autor aponta quatro funções que são desempenhadas pelo livro didático - a primeira é a função referencial, pois “desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações” (CHOPPIN, 2004: 553). Já a segunda função é a instrumental, pois apresenta metodologias e atividades, visto que “o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares” (ibidem: 553). A terceira função que é ideológica e cultural “é a função mais antiga. O livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes.” (ibidem, p. 553). Esta função é desempenhada pelos livros didáticos desde o princípio, pois não podemos esquecer

que o livro didático é uma mercadoria e, como tal, é marcada por ideologia e interesses daqueles que detêm a sua produção.

Por fim, tem-se a quarta função categorizada como documental, segundo a qual “acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou conformação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno” (ibidem: 553). Segundo Choppin (2004) esta é a uma das funções mais recentes que afirma ser o livro didático favorecedor de autonomia ao aluno.

O livro didático assume várias funções no ambiente escolar, além de auxiliar no ensino. Apesar de em algumas realidades brasileiras o livro didático ser o único suporte metodológico que o professor dispõe em sala de aula, em outras realidades o livro didático não é o único instrumento utilizado “o livro didático, em tais situações, não tem mais existência independente, mas torna-se um elemento constitutivo de um conjunto multimídia” (CHOPPIN, 2004: 553). Existem, assim, outros materiais que estabelecem relações com livros didáticos tais como, filmes, internet, revistas, tudo o que auxilia no processo de aprendizagem é considerado material escolar, Lajolo (1996: 3) afirma:

Material escolar, que se pode definir como o conjunto de objetos envolvidos nas atividades-fim da escola. Tudo aquilo que ajuda a aprendizagem que cumpre à escola patrocinar – computadores, livros, cadernos, vídeo, canetas, mapas, lápis de cor, televisão, giz e lousa, entre outras coisas – é material escolar.

Podemos notar que alguns materiais escolares são mais presentes que outros nas escolas brasileiras. Segundo Lajolo (1996), entre os materiais mais incomuns nas escolas estão os audiovisuais, computadores, vídeos e entre os mais comuns estão o giz e a lousa.

Apesar de não ser o único instrumento no processo de ensino, o livro didático é um dos fundamentais, pois os livros didáticos cumprem o objetivo da escola de transmitir aos alunos os saberes sistematizados. Os livros didáticos “são centrais na produção, circulação e apropriação de conhecimentos, sobretudo dos conhecimentos por cuja difusão a escola é responsável” (LAJOLO, 1996: 4). Nesse sentido, o livro didático se tornou elemento fundamental da transmissão dos saberes da cultura escolar e das políticas públicas de educação. Assim o livro didático desempenha a função ideológica, já citada por Choppin (2004), o livro didático não é neutro, ele desempenha sua função segundo os programas criados para sua produção

e circulação. E, nesse caso, um olhar reflexivo deve ser direcionado para esta função que o livro didático cumpre.

ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO DAS INTENCIONALIDADES PRESENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS

Como vimos, o livro didático assume diversas facetas. Ele não é só mais uma metodologia de ensino, pois, além de ser um instrumento para aquisição do saber sistematizado, o livro didático é uma mercadoria. “O livro didático é, antes de tudo, uma **mercadoria**, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado” (BITTERCOUNT, 2010: 71, grifos da autora).

Como as geladeiras, computadores, televisores são todos eles mercadorias, com o livro didático não é diferente, ele é produzido e vendido. Segundo Munakata (2012) :

[...] no caso específico do livro didático, como se viu, ele envolve uma miríade de pessoas que o realizam como mercadoria: autor, editor, chefe, de arte, copidesque, preparador de texto, revisor, diagramador, as várias categorias profissionais de gráficos, divulgador, avaliador, diretor da escola, professor, aluno e pais, só para mencionar as mais óbvias. A produção do livro didático serve certamente para acumulação do capital, mas onde há o capital, há também o trabalhador e suas práticas (MUNAKATA, 2012: 64).

Como podemos observar, o livro didático passa por um processo de produção, visando à sua venda. O público alvo das editoras que produzem os livros didáticos é o Estado, pois é ele que faz a compra dos livros didáticos para serem posteriormente distribuídos para as escolas públicas.

Sendo assim, as editoras não se baseiam nos interesses daqueles que vão utilizar os livros didáticos nas salas de aulas, os professores e os alunos. Como ocorrem com as demais mercadorias que são produzidas para agradar seu público alvo, as editoras produzem os livros didáticos para agradar quem vai comprá-los, ou seja, o Estado.

Munakata (2012) aponta que as editoras procuram se adequar cada vez mais às exigências do governo “[...] que se traduzem em Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e nas determinações específicas de cada edital do PNLD” (MUNAKATA, 2012: 62). Esta mesma autora aponta que a produção dos livros didáticos não é direcionada aos professores e aos

alunos, a relação entre o Estado e o mercado, que produz o livro didático, incentiva as editoras a produzirem os livros para agradar os avaliadores,

No Brasil, a relação entre o Estado e o mercado de livros didáticos é atualmente, mediada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Criado em 1985, pelo qual o governo compra os livros solicitados pelos professores para serem distribuídos a todos os alunos das escolas públicas. [...] A partir de 1996, instituiu-se a avaliação prévia, pela qual os livros didáticos inscritos no Programa passaram a ser examinados por especialistas. [...] Não é impossível que tal situação tenha incentivado a produção de livros direcionada não diretamente aos professores e aos alunos, mas aos avaliadores, geralmente recrutados da universidade e, segundo a crítica corrente, nem sempre habituados às práticas de sala de aula (MUNAKATA, 2012: 61-62).

Desta forma, os livros são escritos, avaliados por pessoas que, em sua maioria, não estão atuando nas salas de aulas, isto é alvo de críticas. Pois em algumas situações os livros foram escritos por pessoas que desconhecem o dia a dia do professor, a realidade dos alunos e da escola onde serão adotados os livros didáticos.

Não só o fato de os livros serem escritos e avaliados primeiramente por pessoas alheias à prática diária na sala de aula que é ponto de crítica. Silva (1996) aponta que as críticas ao livro didático são feitas a partir “do seu nascimento nas editoras, passando pelos recortes do conteúdo, pelas ilustrações e exercícios até chegar ao uso alienado por professores e alunos” (SILVA, 1996: 13). As críticas lançadas ao apego demasiado aos livros didáticos pelo professor se fundamentam principalmente pelo processo de produção dos livros didáticos, como as autoras Munakata (2012) e Bittercount (2010) afirmam, o livro didático enquanto mercadoria do mundo editorial se enquadra na lógica do mercado e tem uma função a cumprir. O professor precisa estar atento a este processo, aos conteúdos que são selecionados e apresentados nas páginas dos livros didáticos, pois,

[...] o livro didático é um importante **veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura**. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com preceitos da sociedade branca burguesa (BITTERCUONT, 2010: 72, grifos da autora).

Como vimos anteriormente, no percurso do livro didático no Brasil, os programas criados para o livro didático sempre se adequaram à época de acordo com quem estava no governo. O livro didático é portador de ideologia. Que ideologia seria

esta? De acordo com Faria (1986), “O livro didático serve à manutenção dos interesses da classe dominante ignorando os interesses da classe operária” (FARIA, 1986: 71). A pesquisa apresentada por Faria (1986), concluiu que o discurso da criança da escola pública é parecido com o discurso das crianças burguesas da escola particular “o livro didático teve um papel fundamental reforçando o que a sociedade como um todo transmitiu, e isto aparece com **a** verdade. No entanto, quando conversávamos sobre a **sua** realidade, aí então o discurso era totalmente diferente” (FARIA, 1986: 77, grifos da autora). O livro didático, por ser portador de interesses da classe dominante, seleciona conteúdos ignorando as experiências de vida dos alunos que vão utilizar esse livro, os alunos da escola pública, que têm vivências e valores diferentes dos que são apresentados pelo livro didático.

Por esses fatores apresentados, o professor precisa analisar as atividades dos livros didáticos antes de trabalhá-las com seus alunos, pois o professor é o mediador entre o aluno e o livro didático; ele precisa estar atento se o conteúdo que está sendo apresentado pelo livro didático não está negando a realidade do seu aluno. É preciso adaptar o livro didático à realidade dos sujeitos que o estão utilizando.

Apesar das frequentes críticas lançadas sobre a produção e o uso do livro didático, não podemos nos esquecer de que este mesmo objeto é na maioria das vezes o único instrumento pedagógico disponível em muitas escolas públicas, não cabe, pois, condená-lo e associá-lo a todas as mazelas que ocorrem no cenário da educação brasileira, e sim conscientizar sobre o uso crítico e reflexivo deste instrumento pelos professores.

[...] É necessário enfatizar que o livro didático possui vários sujeitos em seu processo de elaboração e passa pela intervenção de professores e alunos que realizam práticas diferentes de leitura e de trabalho escolar. Os usos que professores e alunos fazem do livro didático são variados e podem transformar esse veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo (BITTERCOUNT, 2010: 73).

Desse modo, o livro didático é apenas um instrumento, cabe, portanto, aos professores utilizá-lo de forma reflexiva, orientando seus alunos sobre os conteúdos que são apresentados, pois nem tudo que está no livro didático são verdades prontas e acabadas, há outras versões de uma mesma história, o conhecimento que ali está exposto nas páginas dos livros didático pode e deve ser questionado. De acordo com Silva (1996), o “apego cego ou inocente a livros didáticos pode significar uma perda crescente de autonomia por parte dos professores” (SILVA, 1996: 11). O autor aponta

que o fator mais importante deve ser o diálogo pedagógico, este não pode ser substituído por livros, computadores, dentre outras metodologias utilizadas no ensino.

Não podemos esquecer de que, por melhor que seja o livro didático, ou por pior que seja, é ainda apenas um livro, que não substitui em momento algum o papel do professor na sala de aula. O livro é também um suporte metodológico, e que apesar de tantas críticas a este objeto é ainda tão utilizado na cultura escolar, por isso ele esta há séculos presente na escola, e os professores devem fazer uso consciente e reflexivo deste material.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sandra Regina Rodrigues do. **Significações do professor de História para sua ação docente**: O livro didático de História e o manual do professor do segundo segmento do Ensino Fundamental no PNLD 2008.2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2012

BITTENCOURT, Circe. Práticas e leitura em livros didáticos. **Revista da Faculdade de Educação**, vol. 22, n 1, 1996.

BITTENCOURT, Circe. Em foco: História, produção e memória do livro didático. **Educação e pesquisa** [online]. vol. 30, n.3. p. 471-473, 2004.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: ____, **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, p.69-89. 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938. **Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 out. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.177, de 29 de Março de 1939. **Dispõe sobre o funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático no ano de 1939**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=4622&norma=10656>>. Acesso em: 20 out. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 8.460, de 26 de Dezembro de 1945. **Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 out. 2015.

BRASIL. Decreto Nº 59.355, de 4 de Outubro de 1966. **Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59355-4-outubro-1966-400010-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

BRASIL. Decreto nº 68.728, de 9 de Junho de 1971. **Provê sôbre a política do livro técnico e do livro didático e dá outras providências.** Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68728-9-junho-1971-410492-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

BRASIL. Decreto nº 91.542, de 19 de Agosto de 1985. **Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências.** Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros Didáticos:** PNLD 2013: Apresentação. –Brasília 2012

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **O Livro Didático sua Utilização em Classe** (Coleção: Material Básico dos Cursos de Treinamento para Professores Primários). Editora: Colted. 1970.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Sobre o livro didático.** Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

CASTRO, César Augusto. Produção e circulação de livro no Brasil: dos jesuítas (1550) aos militares (1970). **Enc. BIBLI:** R. eletrônica da Bibl. Ci. Inform., Florianópolis, n 20, set. 2005. p.92- 103.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. [online] **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v, 30, n.3, set/ dez. 2004. p. 549-566,

CURY, Carlos Roberto Jamil. Livro didático como assistência ao estudante. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v.9, n. 26, jan/ abr. 2009. p. 119-130.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938- 1984).** Doutorado. PUC/SP. 2011.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. **Hist. Educ.** (Online) Porto Alegre v. 19 n. 45, Jan./abr. 2015, p. 85-102,

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário: ____ In: **Em aberto** livro didático e qualidade de ensino. Brasília, ano 16, n. 69. 1996.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pró-Posições (UNICAMP. Impresso)**, v. 23, p. 51-66, 2012.

SANTOS. Marco Aurélio dos. Livro didático de história: avanços e desafios. **Presença pedagógica**, v. 19, n. 109, jan./fev. 2013

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Em aberto**, Brasília, v. 3, n. 22, p. 1-6, jul./ago. 1984.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n.69, jan./mar. 1996.

SOARES, Magda Becker. Um olhar sobre o livro didático. **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte, v 2, n. 12, p. 53-62, nov./dez. 1996.

ZANCHETTA JR, Juvenal. Considerações sobre o livro didático no Brasil. In: SILVA; Marilda da (org.). **Cadernos de formação**: caderno de didática. Programa pedagogia cidadã. São Paulo; Unesp/ Prograd, p. 73-81. 2003.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

AUTOR PARA CORRESPONDÊNCIA

Suzanna Neves **Ferreira**
Universidade Federal de Goiás
Regional Jataí, GO